

A nova promessa do governo: uma política de preços mais afinada com os custos de produção.

Um elemento fundamental para a execução da nova política industrial do País, e que não estava sendo levado em consideração nas discussões, surge agora como uma das principais razões dos encontros entre o segundo escalão dos Ministérios da Fazenda e da Indústria e do Comérico: o fator preço. Em uma economia administrada, o elemento preço torna-se peça chave na tomada de decisão dos empresários e, portanto, se, transforma em importante componente da nova política.

A preocupação que o empresariado tem demonstrado em relação ao fator preço fez com que as autoridades responsáveis pela formulação da nova política industrial incluíssem a Secretaria Especial de Administração de Preços (Seap) e o Conselho Interministerial de Preços (CIP) como órgãos integrantes dessa nova etapa de desenvolvimento industrial.

Como o governo elegeu os pro-

gramas de papel e celulose, fertilizantes e petroquímico como prioritários, é necessário que os órgãos responsáveis pela administração de preços possam garantir aos empresários desses setores uma remuneração compatível com os custos de produção e atraente o suficiente para garantir os investimentos, destaca uma fonte governamental.

Além da preocupação com fator preço, os técnicos responsáveis pela formulação da nova política industrial pretendem colocar em prática uma perfeita interação entre os órgãos envolvidos diretamente no assunto. Para isso, no âmbito do MIC, o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), a comissão para concessão de Incentivos Fiscais para Exportações (Befix) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sofrerão modificações, com o objetivo de desburocratizar suas estruturas.

No âmbito do Ministério da Fazenda, os principais órgãos envolvidos também deverão ser ajustados, para, em conjunto com os organismos do MIC, proporcionar as condições necessárias para a implantação do novo modelo de desenvolvimento industrial. Os órgãos do Ministério da Fazenda são: a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), a Comissão de Política Aduaneira (CPA) e o CIP/Seap.

Na opinião dos responsáveis pela elaboração dessa política, o objetivo de dar aos empresários as condições necessárias para um crescimento ordenado só será viável através da ação coordenada de todos os órgãos envolvidos no assunto. Eles destacam ainda que a formulação da nova legislação que vai orientar a modernização da indústria estará voltada basicamente para a exportação e o crescimento. E acrescentam que o fator preço não pode ser descartado para segundo plano.